

O RACISMO ESTRUTURAL E AS CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

LIMA, Taísa Agra¹
MARQUES, Ligiane Silva Borges¹
MELLO, Gabriel Porto Ribeiro Catein¹
MONTEIRO, Yasmim Veghini¹
THOMAZINI, Micheli Cristina Sinhorelli¹
MACHADO, Thiago Pereira²

¹ Graduandos do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – taisaagra563@gmail.com; ligianebrmarques2@gmail.com; gabrielpOrto@outlook.com; asimveghinim@gmail.com; m.thomazini@hotmail.com

² Professor orientador: Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional no Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGPSI/UFES, docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A construção racial no Brasil, que remonta à colonização, estabeleceu uma hierarquia que perpetua a inferiorização de grupos não-brancos, especialmente a população negra. Esse processo histórico de racialização não apenas moldou as interações sociais, mas também influenciou as oportunidades educacionais e profissionais desses indivíduos. O racismo estrutural, entendido como uma característica intrínseca das relações sociais e institucionais contribui para a discriminação racial e a exclusão sistemática de negros em diversos âmbitos, incluindo o acesso à educação (Almeida, 2018).

Dessa forma, a subjetividade da população negra é frequentemente moldada por experiências de discriminação e racismo, que impactam não apenas sua identidade, mas também suas aspirações e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Para Silvio Luiz de Almeida (2018), a construção da identidade negra no Brasil é permeada por um contexto de luta e resistência, onde as narrativas históricas de opressão e exclusão ainda ressoam na sociedade contemporânea. Essa realidade resulta em uma luta constante pela afirmação de sua identidade e pela busca de reconhecimento e valorização em uma sociedade que, muitas vezes, marginaliza suas experiências e perspectivas.

Ademais, Bell Hooks (1995) discute a importância da valorização da subjetividade negra, enfatizando que a autoafirmação e o reconhecimento das

experiências vividas são fundamentais para a construção de uma identidade fortalecida, sendo nesse momento fundamental a presença da psicologia compreendendo a interseccionalidade de gênero, raça e classe, seja pela qualificação dos profissionais em compreender esta demanda ou pela necessidade de maior número de profissionais negros.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é um resumo expandido fundamentado em uma revisão bibliográfica que aborda a Psicologia Social Psicológica, com foco na desigualdade étnico racial e suas consequências em alunos de nível básico a superior. Segundo Antônio Carlos Gil (2002), esse tipo de pesquisa baseia-se em materiais já existentes, como livros e artigos científicos. A revisão bibliográfica é vantajosa devido à disponibilidade de uma ampla gama de pesquisas e dados.

Para elaborar o artigo, inicialmente foi utilizado o Google Acadêmico para encontrar artigos publicados, e também buscamos materiais nas plataformas Scielo e Pepsic. As palavras-chave utilizadas foram: Psicologia Social Psicológica; Desigualdade étnica racial no contexto escolar; Atuação do psicólogo em questões étnico raciais. Após a busca, utilizou-se de critérios para inclusão e exclusão que correspondiam a trabalhos publicados em língua portuguesa, além de serem publicados entre os anos de 1995 a 2024, sendo excluídos os trabalhos que não apresentavam similaridade a proposta do estudo e os textos que não se apresentavam na íntegra.

Posteriormente tornou-se necessário realizar uma próxima seleção de trabalhos com base na leitura dos resumos e do título. Por fim, ocorreu a leitura total dos trabalhos e ainda seguindo os critérios de inclusão e exclusão obteve-se o número de 12 publicações que foram escolhidas para a revisão. Após revisar os materiais encontrados, novamente foi analisado e discutido os achados para construir o resumo expandido.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 A construção racial no Brasil

O processo de inferiorização daqueles que não se encaixam nos padrões da sociedade branca brasileira foi impulsionado pela construção racial que teve início

com a colonização das terras brasileiras. A imposição da ideia de superioridade branca e a subsequente desvalorização das demais raças têm efeitos persistentes até os dias atuais. A herança desse processo é visível na persistente valorização da branquitude e na discriminação racial implícita que prevalece no Brasil, já que o racismo é entendido como parte da estrutura social, como resultado da normalidade das relações que estão presentes nessa sociedade que reproduz continuamente as violências contra a população negra (Almeida, 2018).

Após a abolição da escravatura, a narrativa oficial sugere que os negros ganharam uma série de benefícios, como a emancipação, liberdade e acesso a empregos assalariados. No entanto, a realidade era bem diferente. Com a chegada de mão de obra europeia e a exclusão sistemática dos negros do mercado de trabalho e da educação, a integração social dos ex-escravizados foi severamente limitada (Roschild; Leon, 2023).

Apesar desse cenário, considera-se que a luta pela igualdade racial aumenta ao longo dos anos com o objetivo de minimizar os impactos gerados pela história de sofrimentos e violação de direitos de parte da população (Almeida, 2018). Apesar de alguns avanços, a diversidade racial no Brasil ainda não é plenamente refletida em todos os setores da sociedade. Para as autoras Patrícia Lorena Raposo, Roberta Santos de Almeida e Simone Cabral Marinho dos Santos (2021), os efeitos da construção da inferioridade racial persistem, evidenciando a necessidade contínua de mudanças e a elaboração de políticas públicas para garantir a inclusão. Devido à estrutura social apresentar mecanismos de manutenção do *status quo*, considera-se imprescindível que as instituições que compõem a sociedade combatam a reprodução deste conflito, sendo assim, a escola apresenta papel fundamental (Raposo, Almeida e Santos, 2021).

3.2 Efeitos do racismo no contexto escolar

Apesar das muitas lutas contra o racismo, as instituições de ensino, que deveriam ser espaços para a construção do saber e transformação das realidades, frequentemente lidam com o tema de maneira insuficiente (Almeida e Sanchez, 2017). A integração do debate sobre racismo no cotidiano escolar é crucial, pois está diretamente relacionada às determinações sociais que influenciam a universalização do ensino. No entanto, a falta de ação efetiva em torno do tema tem sido uma

constante ao longo dos séculos, prejudicando a implementação de estratégias eficazes para combatê-lo (Raposo, Almeida e Santos, 2021).

O racismo é um fator determinante para os problemas educacionais enfrentados por alunos negros. A escola tem o compromisso de enfrentar e eliminar o racismo institucional para reduzir os efeitos da desigualdade social. Embora a Constituição Federal Brasileira assegure o direito à educação para todos, sem qualquer forma de discriminação, na prática, essa garantia muitas vezes se revela utópica (Feldmann e Guzzo, 2021).

A presença de diversas formas de discriminação nas escolas — desde o tratamento desigual entre alunos até a predominância de brancos em cargos de maior influência e a falta de representatividade racial nos materiais didáticos — evidencia a distância entre o ideal legal e a realidade vivida pelos estudantes (Silva e Tobias, 2016).

3.3 Psicologia e o contexto étnico racial

A precariedade da educação no Brasil é um problema historicamente conhecido, especialmente quando se considera o contexto étnico-racial. Estudantes de minorias raciais enfrentam uma série de obstáculos que dificultam seu acesso e permanência no sistema educacional (Mesquita, 2019). Esses obstáculos incluem desde a falta de recursos adequados nas escolas até o racismo que, infelizmente, faz parte do contexto institucional. Para Almeida (2018), essa realidade afeta diretamente as oportunidades de escolha profissional desses indivíduos através da exclusão, a partir de influências da desigualdade econômica e social. Somado a isso, é possível considerar que cursos da área da saúde como a psicologia, que demandam uma formação acadêmica extensa e recursos financeiros importantes para arcar com as mensalidades de uma universidade particular ou, até mesmo, livros e demais materiais de estudos distanciam muitos indivíduos devido os atravessadores sociais. Mariana Feldmann e Raquel Souza Lobo Guzzo (2021) destacam que a qualidade da educação básica no Brasil é extremamente desigual, com escolas em áreas periféricas, onde a maioria dos estudantes negros está matriculada, assim recebendo menos investimentos e tendo piores resultados acadêmicos. Esse cenário limita o acesso desses estudantes a cursos superiores que demandam altas despesas, como o de psicologia, o que aumenta ainda mais a exclusão profissional

destes indivíduos.

Já Mozart Linhares da Silva e Mateus Silva Skolaude (2020) discute como a falta de políticas públicas eficazes e a desigualdade socioeconômica impedem que estudantes de minorias concluam o ensino superior. A escassez de psicólogos negros, por exemplo, é uma consequência direta dessa dinâmica. Muitos estudantes, apesar de terem o desejo de seguir a carreira na psicologia, desistem devido às dificuldades financeiras e à falta de suporte acadêmico adequado.

Por fim, a análise de Maíra Aparecida Fraga Miranda e Robert Filipe dos Passos (2024) ressalta que a presença de psicólogos negros no mercado de trabalho é essencial para atender às demandas de uma população diversa e historicamente marginalizada. A ausência desses profissionais não só reforça as desigualdades sociais como também impede que a psicologia cumpra seu papel na promoção da saúde mental e do bem-estar de todas as parcelas da população.

Sendo assim, a precariedade da educação no Brasil, especialmente no contexto étnico-racial, não apenas influencia a escolha profissional dos estudantes, mas também resulta em poucos psicólogos negros no mercado. Para reverter esse quadro, é de extrema importância que políticas públicas sejam implementadas a fim de promover a melhoria da qualidade da educação básica e o acesso igualitário ao ensino superior, permitindo que mais estudantes de minorias raciais possam ingressar e se formar em cursos como o de psicologia (Silva e Tobias, 2016). A transformação se faz necessária para que estes estudantes possam seguir seus sonhos profissionais com uma educação de base de qualidade para que tenham oportunidades de ingressar em cursos superiores que almejam, independentemente de questões financeiras ou de raça.

Desta forma, a psicologia também pode contribuir para diminuir essa desigualdade, promovendo práticas de atendimento que considerem as especificidades culturais e sociais de diferentes grupos étnico-raciais. Ao enfrentar o racismo e valorizar identidades raciais, a psicologia pode fortalecer a autoestima e o bem-estar de quem sofre discriminação (Benedito e Fernandes, 2020). Além disso, a maior representatividade de psicólogos negros pode criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor, ajudando a quebrar o ciclo de exclusão que começa na educação e se estende ao mercado de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas, fica evidente que a falta de uma formação adequada para educadores sobre questões étnico-raciais contribui para a manutenção de estereótipos e práticas racistas nas escolas. O racismo seja evidente ou não, afeta diretamente o desenvolvimento emocional e acadêmico dos estudantes, especialmente os negros.

A psicologia pode ser uma ferramenta de grande valia nesse contexto, logo pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias para apoiar tanto educadores quanto alunos no enfrentamento do racismo. Além disso, o estudo destaca a necessidade de uma capacitação mais inclusiva dos profissionais da educação, garantindo não só uma maior conscientização sobre o tema, mas também a promoção de um ambiente escolar mais acolhedor..

Portanto, para que o cenário mude é necessário que haja um compromisso real com a implementação de políticas que favoreçam a inclusão, o combate às práticas discriminatórias e o suporte emocional dos alunos, transformando a educação em um espaço de crescimento para todos, sem distinção.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro-Posições**, v.28, n.1, p. 55–80, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/VXKbQZhKZMwgvjnZDChYypd/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 out. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018. 112 p.

BENEDITO, Maiara de Souza; FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.40, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6qtXvXGFnYmBfNwzhGSwjRM#>. Acesso em: 20 out. 2024.

DA SILVA, Mozart Linhares; SKOLAUDE, Mateus Silva. 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934), biopolítica e democracia racial: implicações na educação contemporânea. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.12, n.23, p.331–356, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10840>. Acesso em: 25 out. 2024.

FELDMANN, Mariana; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Relações étnico-raciais e

escolas públicas: questões para a psicologia. **Rev. Psicologia**, Santiago, v.30, n.1, p. 69-80, 2021. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-05812021000100069&lng=es&nrm=iso. Acesso em 22 out. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4° ed., São Paulo: Editora Atlas; 2002. 175p.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 26 out. 2024.

MESQUITA, Tayná Victória de Lima. **Exclusão Escolar Racializada: Implicações do racismo na trajetória de educandos da EJA**. 1ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

MIRANDA, Maíra Aparecida Fraga; DOS PASSOS, Robert Filipe. Racialidade e psicologia: percepções de psicólogos em formação. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v.10, n.1, p.228–248, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/73643>. Acesso em: 24 out. 2024.

RAPOSO, Patrícia Lorena; ALMEIDA, Roberta Santos de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. O pensamento decolonial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural no contexto escolar. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.16, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092021000100112&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 out. 2024.

ROSCILD, Adriana Barboza; LEON, Adriana Duarte. Reflexões sobre educação e racismo no Brasil contemporâneo. **Contribuciones a las ciencias sociales**, v.16, n.8, p. 13380–13393, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1352>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SILVA, Roberto da; TOBIAS, Juliano da Silva. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n.65, p.177–199, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/125167>. Acesso em: 11 set. 2024.